



SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10820.000127/94-91

Sessão : 22 de fevereiro de 2000

Recurso : 101.880

Recorrente : PLANALTO PAULISTA USINA DE BENEFICIAMENTO DE BORRACHA LTDA.

Recorrida : DRF em Araçatuba - SP

DILIGÊNCIA N° 201-04.898

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso interposto por:
PLANALTO PAULISTA USINA DE BENEFICIAMENTO DE BORRACHA LTDA.

RESOLVEM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto do Relator.

Sala de Sessões, em 22 de fevereiro de 2000

Luiza Helena Galante de Moraes
Presidenta

Rogério Gustavo Dreyer
Relator

Eaai/ovrs



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10820.000127/94-91
Diligência : 201-04.898

Recurso : 101.880
Recorrente : PLANALTO PAULISTA USINA DE BENEFICIAMENTO DE BORRACHA LTDA.

RELATÓRIO

Contra a contribuinte foi lavrado auto de infração exigindo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, acrescido de juros moratórios e multa, com expressa manifestação da suspensão da exigibilidade em vista de ação judicial pendente.

Em sua impugnação o contribuinte reitera a ação existente e propugnando pela completa suspensão da exigibilidade do crédito tributário, em face do depósito integral das quantias discutidas, maculando o lançamento perpetrado. Junta cópias das respectivas guias de depósitos judiciais.

De fls. 46, despacho determinando efetuar a imputação proporcional de pagamentos a vista dos comprovantes acostados.

Após o procedimento da respectiva imputação, o julgador monocrático prolatou a sua decisão cuja ementa leio em sessão.

Inconformada, a contribuinte interpõe o presente recurso voluntário, aduzindo aos argumentos da impugnação alegando que o processo judicial já se encontra findo e com os depósitos devidamente convertidos em renda da União, pelo que ilegitima qualquer cobrança, principalmente de penalidade.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10820.000127/94-91
Diligência : 201-04.898

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ROGÉRIO GUSTAVO DREYER

Verifica-se, pelo relatado, que o processo contém detalhes fragmentados entre si e que impedem o seu adequado julgamento.

O processo instaurou-se com a lavratura de um auto de infração que reconhece a existência de ação judicial ao ponto de suspender a exigibilidade do crédito face a mesma.

Não esclarece, no entanto, se tal suspensão é originária de liminar ou decisão eficaz ou de depósito do valor do tributo guerreado.

Quando a contribuinte, na impugnação, ofertou a prova de depósitos, a autoridade fiscal determinou a feitura da imputação proporcional de pagamentos.

Após a providência, o julgador monocrático manteve o lançamento como perpetrado, reconhecendo, no entanto, na parte dispositiva da sentença, a existência de depósitos a suficiência e depósitos insuficientes.

Os indicativos são importantes para demonstrar que o auto de infração albergou a base de cálculo integral do tributo e o seu montante, sem qualquer dedução de quantias depositadas judicialmente.

Além disto, não há identidade palpável entre os valores grafados no auto de infração e os constantes da imputação proporcional de pagamentos produzida pelo Fisco.

Assim sendo, em vista das formas diferenciadas de demonstrar o *quantum debeatur* constante do auto de infração e da imputação de pagamentos, cumpre esclarecer devidamente a questão para desfragmentar as indigitadas peças, tornando-as inteligíveis e coordenadas entre si, no intuito de proteger adequadamente os interesses das partes, potencializando um julgamento definitivo e justo.

Pelo exposto, voto no sentido de converter o julgamento em diligência, para que a autoridade fiscal:

1 – Compatibilize, num único demonstrativo, os valores, em moeda da época e/ou em indexador então vigente, referentes a base de cálculo e ao tributo devido constantes do



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10820.000127/94-91
Diligência : 201-04.898

auto de infração, com os valores como tal identificados na imputação de pagamentos, dispostos por mês, com indicação do fato gerador e do vencimento da obrigação, com vistas a determinar com precisão eventuais diferenças entre valores devidos e depositados.

2 – Manifeste-se sobre o demonstrativo constante a fls. 96.

3 – Cumprida as providências acima, abra vista ao contribuinte para manifestar-se sobre as mesmas.

Cumprida a diligência, retornem os autos para julgamento.

É como voto.

Sala de Sessões, em 22 de fevereiro de 2000

ROGÉRIO GUSTAVO DREYER